



LEI Nº 1.073, DE 31 DE OUTUBRO DE 1974

ORÇA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE LORENA, ESTADO DE SÃO PAULO, NO ORÇAMENTO-PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 1975.

O Senhor CARLOS EUGÊNIO MARCONDES, Prefeito Municipal de Lorena, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - No Orçamento-Programa do Município de Lorena, Estado de São Paulo, para o exercício de 1975, constante desta Lei e dos Quadros anexos, que dela fazem parte integrante, é orçada a Receita Geral em Cr\$ 15.760.000,00 (quinze milhões, setecentos e sessenta mil cruzeiros), neste total já computados os recursos próprios dos órgãos da administração indireta, ficando a Despesa fixada em igual importância.

Artigo 2º - A Receita Geral do Município será realizada mediante a arrecadação dos tributos, preços e outros ingressos, na forma da legislação em vigor, das especificações do Quadro I, em anexo, de acordo com a seguinte classificação por fontes:

1. RECEITA

1.1 RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1.1.1 RECEITAS CORRENTES

| | |
|--------------------------------|--------------|
| Receita Tributária | 1.970.100,00 |
| Receita Patrimonial | 58.050,00 |
| Transferências Correntes | 5.933.355,00 |
| Receitas Diversas | 788.495,00 |

1.1.2 RECEITAS DE CAPITAL 4.710.000,00

TOTAL 13.460.000,00

1.2 RECEITA DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA



(CONTINUAÇÃO DA LEI Nº 1.073/74)

1.2.1 RECEITAS CORRENTES

| | | |
|--------------------------|-----|--------------|
| Receita Tributária | R\$ | 22.000,00 |
| Receita Industrial | R\$ | 1.627.000,00 |
| Receitas Diversas | R\$ | 90.000,00 |

1.2.2 RECEITAS DE CAPITAL R\$ 561.000,00

TOTAL R\$ 2.300.000,00

TOTAL GERAL R\$ 15.760.000,00

Artigo 3º - A Despesa fixada e discriminada no Quadro II, em anexo, será realizada de acordo com o seguinte / desdobramento por categorias econômicas e por departamentos do Município:

2. DESPESA

2.1 Por Categorias Econômicas

2.1.1 Despesas Correntes

| | | |
|--------------------------------|-----|--------------|
| Despesas de Custeio | R\$ | 5.999.663,06 |
| Transferências Correntes | R\$ | 3.744.322,34 |

2.1.2 Despesas de Capital

| | | |
|---------------------------------|-----|---------------|
| Investimentos | R\$ | 1.832.714,60 |
| Inversões Financeiras | R\$ | 1.200.000,00 |
| Transferências de Capital | R\$ | 683.300,00 |
| TOTAL | R\$ | 13.460.000,00 |

2.2 Por Departamentos do Município

2.2.1 Poder Legislativo

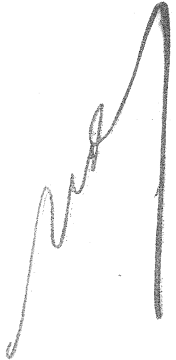
| | | |
|---------------------|-----|------------|
| Câmara Municipal .. | R\$ | 210.000,00 |
|---------------------|-----|------------|

2.2.2 Poder Executivo

| | | |
|--------------------------------|-----|--------------|
| Gabinete e Dependências | R\$ | 2.567.920,44 |
| Almoxarifado | R\$ | 38.746,00 |
| Junta do Serviço Militar | R\$ | 40.895,72 |



(CONTINUAÇÃO DA LEI Nº 1.073/74)



| | |
|---------------------|---------------|
| Cargos em extinção | 107.497,64 |
| Pessoal em disponi- | |
| bilidade | 20.901,48 |
| Procuradoria | 99.983,16 |
| Assessoria de Enge- | |
| nharla | 185.555,39 |
| Departamento de Fi- | |
| nanças | 1.689.028,86 |
| Departam. de Admi- | |
| nistração | 305.909,84 |
| Departam. de Promó- | |
| ção e Assist. Soc. | 1.056.955,04 |
| Departam. de Educa- | |
| ção e Cultura | 1.325.439,28 |
| Departam. de Espor- | |
| tes e Turismo | 367.284,00 |
| Departam. de Servi- | |
| ços Municipais ... | 9.443.883,15 |
| TOTAL | 13.460.000,00 |

2.3 Despesas dos Órgãos da /
Administração Indireta .. 2.300.000,00

TOTAL GERAL 15.760.000,00

Artigo 4º - O Poder Executivo tomará as medidas necessárias/ para ajustar o fluxo dos dispêndios ao dos in- / gressos, a fim de manter o equilíbrio orçamentá- rio.

Artigo 5º - Os Orçamentos-Programa dos Órgãos da Administra- ção Indireta discriminarão as despesas que corre- rão à conta dos seus próprios recursos e de /// transferências, e serão aprovados por decreto, / depois de revistos pelo Departamento de Finanças da Prefeitura.



(CONTINUAÇÃO DA LEI Nº 1.073/74)

- Artigo 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, no decorrer do exercício de 1975, até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento da despesa, nos termos do artigo 7º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
- Artigo 7º - Durante a execução orçamentária, fica o Poder // Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, mediante a utilização do recurso adiante indicado, até o limite da dotação consignada no / item I deste artigo, com a seguinte finalidade:
- I - Para atender a insuficiência de dotações de "Pessoal", utilizando recursos do elemento / 3.2.6.0.02 - "Fundo de Reserva Orçamentária" consignado ao "Órgão Executivo".
- Artigo 8º - O Poder Executivo fica autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita estimada, para atender eventuais insuficiências de caixa (Art. 67 da Constituição Federal).
- Artigo 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder "Auxílios e Subvenções" às Entidades e Outros constantes do Quadro III nos limites dos valores ali consignados.
- Artigo 10º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de // 1975, revogadas as disposições em contrário.

P.M. de Lorena, 31 de outubro de 1974.



= CARLOS EUGÊNIO MARCONDES =

= Prefeito Municipal =

Registrada no Livro próprio do Setor de Serviços Gerais do Departamento de Administração da Prefeitura Municipal e publicada no Paço Municipal aos 31 de outubro de 1974.



= CLOVIS DE BRITO VILELA =

= Encarregado do Setor de Serviços Gerais =